

### 5.3.3. Estudos Antropológicos

#### 5.3.3.1. Introdução:

O objetivo deste relatório é apresentar a ocupação dos territórios da bacia do rio Iratim por populações consideradas tradicionais: indígenas e quilombolas.

A bacia do Iratim é componente da bacia do rio Iguaçu e está inserida nos vastos territórios do grande sudoeste do Paraná, que até a segunda década do século XX se estendia até a margem direita do rio Uruguai.

Cidades como União da Vitória, Palmas e outras menores dessa extensa região foram fundadas no contexto de ampliação das atividades de criação, engorda e comércio de animais iniciada no primeiro quartel do século XVIII, nos Campos Gerais, e continuada até a segunda metade do XIX pela rota alternativa via Guarapuava, Palmas, Noroeste do Rio Grande do Sul e Província de Misiones na Argentina.

Durante todo esse processo de aberturas de estradas ligando os Campos Gerais ao noroeste do Rio Grande do Sul, instalação de fazendas de criação de animais, fundação de vilas e povoados e outras atividades relacionadas, estiveram em contato populações diferenciadas que já habitavam a região e outras que para ali rumaram.

Dentre as que viviam nesses territórios estavam os Jê do sul: os Kaingang e os Xokleng. Os primeiros mais a oeste, ocupando as áreas de campo aberto e os bosques de araucária, e os últimos mais a leste, próximos à Serra do Mar, ocupando as áreas de florestas e as áreas de concentração de araucária. As populações não indígenas que para a região se dirigiram a partir da fundação de Guarapuava, em 1810, eram os paranaenses originários dos Campos Gerais que pretendiam alargar seus negócios instalando novas propriedades nos imensos campos do sudoeste. A elite campeira paranaense levou consigo, para essas novas áreas de ocupação, as populações negras escravas que tinham em suas fazendas nos Campos Gerais, para o trabalho de fundação das fazendas e para a lida com os animais, que buscavam em Missões na Argentina e negociavam em Sorocaba. Parte dessas populações negras escravas, por diversas formas, se transformaram nas populações quilombolas existentes na região hoje.

#### 5.3.3.2. As Populações Indígenas nos Territórios ao Sul do Rio Iguaçu e Norte do Rio Uruguai

As recentes pesquisas lingüísticas sobre os grupos Jê no sul do Brasil apontam para sua chegada na região em torno de 3.000 anos antes do presente. Irvine Davis e Aryon Rodrigues colocam os Kaingang no conjunto das línguas Akwén (Xakriabá, Xavante e Xerente) e os Xokleng relacionados com Kayapó, Kren-akarorê, Suya e Timbira, todos localizados no Brasil central. Greg Urban, também ancorado em estudos lingüísticos, afirma que os Kaingang e os Xokleng teriam iniciado sua migração em direção ao sul nesse momento, há uns 3 mil anos<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 90. Ver também Proto Jê phonology. **Estudos lingüísticos. Revista brasileira de lingüística teórica e aplicada**. São Paulo, v. 1, n. 2, 1966, p. 10-24. RODRIGUES, Aryon D. **Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo, Loyola, 1986.

Apesar de ainda não sabermos o momento preciso da chegada dessas populações ao sul do rio Paranapanema, nem as causas de sua separação das outras populações de língua Jê que habitavam os planaltos entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, no Brasil

central, estabelece-se a forte hipótese de que os Kaingang e os Xokleng tiveram suas origens no Brasil central e migraram para o sul.

Do ponto de vista da arqueologia os estudos apontam as tradições ceramistas Itararé, Casa de Pedra e Taquara como ancestrais das populações Jê no sul do Brasil.

Historicamente a confrontação da documentação governamental com os mapas produzidos no século XIX, principalmente os de John Henrique Elliot, desenhados entre os anos de 1840 e 1860, vai demonstrar que as populações Jê - Kaingang e Xokleng - ocupavam as extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucárias no Brasil meridional, inclusive os campos ao sul do rio Iguaçu.

Esses documentos, confrontados com as descrições e os relatos da época, nos dão uma clara visão dos territórios indígenas nas extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucárias. Esses vastos campos entremeados de pinheirais (araucárias) forneciam imensa quantidade de pinhões, que se constituíam num dos seus principais alimentos e também dos animais que faziam parte de sua dieta. Ainda hoje podemos constatar restos desses campos e dessas florestas de araucárias em várias partes dos locais apontados por Elliot no século XIX, e muitos desses locais se transformaram nas Terras Indígenas atuais.

Tanto que a documentação da época traz a toponímia Kaingang para várias dessas localidades.

Área	Denominação Kaingang	Denominação portuguesa
1	Koran-bang-rê	Campos de Guarapuava
2	Kreie-bang-rê	Campos de Palmas
3	Xanxa-rê	Campos de Xanxere
4	Kampo-rê	Campo Erê
5	Kavaru-koya	São Pedro das Missões – Argentina
6	Pahy-ke-rê	Paiquere e/ou Campos do Mourão
7	Min-krin-ia-rê	Campos de Chagu, hoje Laranjeiras do Sul

No caso da bacia do rio Iratim nos interessa especificamente os territórios da margem esquerda do rio Iguaçu. Situados a oeste a do rio Iratim estão os territórios que os Kaingang denominavam de Kreie-bang-rê e que os fazendeiros que ali chegaram passaram a chamar de Campos de Palmas.

A leste situavam-se os territórios dos grupos Xokleng, nas áreas de matas e da Serra do Mar. Isso não quer dizer que os Kaingang não faziam incursões em direção aos territórios Xokleng a leste, e estes não tinham assentamentos e também faziam incursões a oeste nos territórios Kaingang.

### **Os Kreie-bang-rê: territórios dos Kaingang a oeste da bacia do rio Iratim.**

Borba (1908) escreve que: “Aos campos de Palmas chamam, os Kaingangues Creie-bang-rê. Creie, pilão, Bang, Grande, Rê, campo: Campo do pilão grande. Dizem que lhe pozeram este nome porque allí tinha um grande pilão, ou talvez monjolo, feito por um índio chamado - Nharaburo, Broto de milho”.

Seguindo a convenção sobre a grafia dos nomes tribais, substituímos o c pelo k e adotamos a grafia de Kreie-bang-rê, em vez de Creie-bang-rê utilizada por Borba. Esses campos são a continuidades dos campos de Guarapuava. Localizados ao Sul do rio Goio-kovó (Iguaçu) eles se localizam no planalto paranaense, às cabeceiras dos rios Xupin (Chopin) e Xáembetko (Chapecó) e se estendem a oeste, até onde se iniciam as matas que os separam dos Kamporê.

A história de ocupação desses territórios é a continuidade da ocupação dos Campos de Guarapuava. A partir da ocupação e fixação de suas fazendas em Guarapuava, em 1810, os fazendeiros locais voltaram suas atenções para os territórios do sudoeste. Por meio dos índios, informaram-se de que lá havia extensos campos próprios para o estabelecimento de fazendas de gado. Em 1814 o major Atanagildo Pinto Martins recebeu ordens do comandante de Guarapuava para abrir o caminho em direção à província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelos campos de Palmas. Em 1836 o sargento-mor José de Andrade Pereira foi escolhido para fazer uma expedição ao sudoeste em busca de seu parente José de Sá Souto Maior e três anos depois houve a ocupação dos Kreie-bang-rê - Palmas - por um consórcio de fazendeiros de Guarapuava. Nos anos seguintes várias expedições exploraram a região de Palmas e buscaram construir vias de comunicação desses campos com Guarapuava e com os Campos Gerais. Em 1842 houve a abertura de uma estrada de Palmas até Curitiba, por Pedro Siqueira Cortes. Quatro anos depois, ele fez outra picada, passando pelo Porto União.

Mas uma das primeiras notícias que temos dos territórios Kaingang dos Kreie-bang-rê, campos de Palmas, foi dada por Luiz D. Cleve. Ele escreveu que o coronel D. José Cabrer fez um reconhecimento do rio Peperi-Guassu em 1789, chegando aos campos de Palmas, de onde anotou que “*en la dicha colina no estan las vertentes del Río S. Antonio, que los demarcadores del ano de 1759 tan erroneamente supusieran fronterizas imediatas*”. Mais tarde, continuou Cleve, o presidente da província de São Paulo, em 1835, tinha a intenção de criar além do rio Iguaçu uma colônia para degradados. Conforme o relatório do presidente de São Paulo, o objetivo dessa colônia era “*tanto dificultar a fuga dos que procuram evadir-se e povoar-se os campos do Corvo, Palmas, Lorangeiras que, apesar de desconhecidos, passam por bons e extensos*”.<sup>2</sup> No ano seguinte, a lei de 18 de março da província paulista estabeleceu uma verba de quatro contos de réis para abertura de uma estrada de Guarapuava até os campos de Palmas e para sua exploração, e mais 8:500\$00 para o estabelecimento de povoações nesses campos. O relatório do presidente de São Paulo, de 1837, faz menção aos índios que viviam nos Kreie-bang-rê.

*(...) o aldeamento dos selvagens se torna hoje de absoluta necessidade, por isso que pelas informações que acaba de dar o major Jose de Andrade Pereira sobre a belleza, vastidão e fertilidade dos campos de Palmas, que elle acaba de atravessar procurando o capitão José de Sá Sottomaior, prisioneiro dos indios que vivem*

---

<sup>2</sup>PARANÁ. Governador (1884 - 1885 Oliveira), 4 set. 1885, p. 15.

*errantes por aquelles logares, convem quanto antes estabelecer ali a colonia projetada.*

Prosseguindo a leitura do relatório de Daniel Cleve encontramos no capítulo relativo às forças armadas que o coronel João da Silva Machado tinha recebido ordens no sentido de organizar voluntários para ocupação dos campos de Palmas. E no orçamento havia verbas para o pagamento das Companhias Municipais Permanentes, que guardariam a estrada da Mata e dos campos de Palmas. O mesmo vai ocorrer no orçamento do ano seguinte. Já no relatório de 1839 da província de São Paulo encontramos *inconvenientes para o estabelecimento destas*

*duas companhias de permanentes.* O ano de 1839 será o marco da ocupação dos Kreie-bang-rê, com a chegada ali das bandeiras de José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortes.<sup>3</sup>

Conforme Joaquim José Pinto Bandeira, num escrito denominado “Noticia da descoberta do campo de Palmas” (RIHGB, 1850), os fazendeiros de Guarapuava formaram, em 1839, duas associações para ocupar os campos de Palmas, a de José Ferreira de Souza e a de Pedro Siqueira Cortes. Houve desavenças entre eles na divisão das terras e Pinto Bandeira foi chamado como juiz para fazer a mediação da desavença entre os dois consórcios. Após o acordo eles estabeleceram trinta e sete fazendas de criar nos Krei-bang-rê, e fundaram a vila de Palmas.

Com a lei orçamentária de 26 de março de 1840, temos a consignação de uma verba de 9:947\$000 para a companhia militar estacionada em Palmas. No ano seguinte o relatório do presidente de São Paulo informou que já havia tropas estacionadas em Palmas, sob o comando do capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira. Informou também que as verbas para essa companhia cessariam logo que tivesse sido estabelecida a Companhia dos Caçadores da Montanha<sup>4</sup>. No ano de 1844, a lei sobre as forças armadas da província de São Paulo dispunha que a companhia existente em Palmas constaria de 61 praças, e foram destinados mais 2:000\$000 contos de réis para exploração e abertura da estrada de Palmas para o sul. No ano seguinte foi extinta a companhia estacionada em Palmas, mas a lei de orçamento destinou verba para ser distribuída entre os índios de Palmas, no caso para os grupos capitaneados pelos caciques Viri e Vitorino Kondá.

Até 1853 os índios de Palmas continuaram a receber recursos do governo provincial paulista. Foram criadas também verbas para a abertura da estrada de Palmas e para abertura de uma picada de Palmas rumo ao sudoeste, até Corrientes, na Argentina. A abertura da estrada para o sul, rumo ao Rio Grande do Sul, foi feita por Francisco Ferreira da Rocha Loures, que a levou até as Missões, no RS.<sup>5</sup> Ainda de acordo com as informações de Daniel Cleve, contidas no relatório do presidente Oliveira, em 1847 “o governo foi autorizado a remover para o campo de Palmas os indígenas aldeados em Guarapuava, que deverião ficar incorporados ao aldeamento daquelle campo: e a mandar a alargar a picada de Palmas a Missões”.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Para maiores detalhes sobre esse episódio, ver o relato de Joaquim José Pinto BANDEIRA. Notícia da descoberta do campo de Palmas. **RIHGB**. Rio de Janeiro, n. 4, v. 4, p. 287-396, 1851. Bandeira esteve nesses campos, acompanhado do cacique Kondá, para dirimir as divergências entre os dois comandantes sobre a divisão desse território em fazendas de gado.

<sup>4</sup> PARANÁ. Governador (1884 - 1885 Oliveira), 4 set. 1885, p. 15.

<sup>5</sup> PARANÁ. Governador (1853 - 1855 Vasconcelos), 8 fev. 1855, p. 119-144, Anexo I.

<sup>6</sup> PARANÁ. Governador (1884 - 1885 Oliveira), 4 set. 1885, p. 16, grifo nosso.

Mas a ocupação da região e instalação das fazendas e das vilas não foi pacífica. Os grupos Kaingang que viviam nos Kreie-bang-rê lutaram contra a ocupação de seus territórios e não deixaram os brancos ali se fixarem até 1839.

Após a chegada das bandeiras de Siqueira Cortes e José Ferreira dos Santos e o início da implantação das fazendas, os Kaingang chefiados pelo cacique Vaiton tentaram destruir a povoação branca incrustada em seus territórios. Mas os fazendeiros buscaram aliança com o cacique Viri e conseguiram rechaçar o ataque dos índios liderados pelo cacique Vaiton e permaneceram nesses territórios.

Os grupos Kaingang de Viri e Kondá aliaram-se aos brancos e possibilitaram sua permanência nos Kreie-bang-rê. Em troca passaram a receber salários e mercadorias da sociedade

conquistadora. Mas também procuraram garantir parte dos territórios para sua gente, em meio à ocupação branca. Primeiro se relacionaram com o poder provincial em São Paulo e com os fazendeiros locais até 1853; depois passaram a negociar com o poder provincial do Paraná e seus representantes locais, no caso com o diretor geral dos índios, o brigadeiro Rocha Loures, com quem já tinham contato, e com as autoridades policiais das vilas e freguesias regionais.

Ocorridos todos esses eventos os Kaingang ainda permanecem na região de Palmas, onde está a Terra Indígena de Palmas, com 3.800 ha, e onde vivem mais de 700 pessoas.

### **Os territórios Xokleng ao sul do rio Iguaçu.**

Os índios Xokleng eram, na época, denominados Botocudos pelas populações que estavam ocupando seus territórios tradicionais, na região serrana compreendida a oeste pelos territórios Kaingang dos Koran-bang-rê e Kreie-bang-rê (Guarapuava e Palmas) e a leste pelo litoral atlântico. Toda a região da Serra do Mar do Rio Grande do Sul até as imediações de Curitiba eram os territórios por onde transitavam os Xokleng, principalmente nas áreas dos pinheirais nos vales dos rios Iguaçu e Negro na divisa do Paraná com Santa Catarina.

As populações não indígenas que ocupavam essas terras ou que transitavam pela estrada da Mata, que ia dos Campos Gerais no Paraná até os Campos da Vacaria no Rio Grande do Sul, tinham conhecimento dos Xokleng e com eles travaram, em muitas oportunidades, violentos combates.

No ano de 1868 os Xokleng agiam na região do Rio Negro, na estrada da Mata. Vejamos o relatório que o chefe da polícia provincial fez ao presidente da província sobre as ações desses índios nessa localidade:

*“Infelizmente não se mostram favoráveis á segurança individual os auspícios com que abre seu curso o novo anno. Um successo constritor poz em sobressalto os espiritos dos habitantes da freguesia do Rio Negro. Os indios selvagens sacrificaram á seus instinctos ferozes e brutaes seis victimas ! Na noite de 13 para 14 no logar denominado - Passo ruim - da estrada da Matta, 7 leguas distante daquella freguezia, Francisco Carvalho, Benedito José Fernandes, José Mariano dos Santos, João Manoel Ribeiro e os menores João e Generoso, estando de pouso com a tropa em que conduziram alguns generos para Lageadinho da provincia de Santa Catarina, foram assaltados e assassinados pelos indios selvagens. O subdelegado que foi ao*

*logar para fazer o corpo delicto e tomar as convenientes providencias, communicou-me que os cadaveres já em estado de putrefação adiantada e completamente nus, excepto o de um dos menores, tinham sobre si 13 cacetes com quatro quinas e 7 palmos de comprimento, que haviam servido para esmagar as cabeças das infelizes victimas. Os indicios e signaes encontrados attestavam ser consideravel o numero dos aggressores. Estes, derramando e espalhando pelo solo os generos, carregaram os saccos, fazendas, todo o metal que encontraram e as esteiras das cangalhas. A falta de força e as naturaes difficuldades que era de mister vencer para realizar-se a prisão d'esses habitantes dos mattos tolheram a acção da autoridade local, até que por V. Ex. foram dadas convenientes e acertadas providencias em bem da tranquillidade e segurança dos moradores do Rio Negro.”<sup>7</sup>*

Passados alguns anos a questão dos Xokleng do sul da província estava novamente em pauta no governo. Os ataques dos Xokleng em Guaratuba, no início de 1875, levaram o presidente da província a decidir pela implantação do aldeamento de Papanduva. Em 1875 o presidente Abranches emitiu portaria ordenando o sertanista Joaquim F. Lopes a fundar a Colônia Indígena de São Thomaz de Papanduva.

Após anos de trabalho tentando implantar esse aldeamento e sempre boicotado pela burocracia da capital da província, o velho Joaquim F. Lopes mudou de volta para o norte do Paraná, onde morreu. O aldeamento de Papanduva não foi implantado por uma política deliberada das autoridades locais de não estabelecer contato com os índios Xokleng, apesar dos esforços de Lopes. Os Xokleng continuaram seus ataques na região e foram ferozmente perseguidos por bugreiros armados e sustentados pelos governos imperial e provincial no século XIX e pelos governos republicano e estadual no século XX, até que foram “pacificados” pelo SPI em 1914/15 e reunidos em áreas reservadas no Estado de Santa Catarina.

Como os Kaingang, eles também conseguiram permanecer em uma pequena parcela dos seus antigos territórios e ali garantiram as Terras Indígenas de Ibirama e Rio dos Pardos no Estado de Santa Catarina.

A Terra Indígena Rio dos Pardos, situada a cerca de 60 km a leste das cabeceiras do rio Iratim, foi fundada pelos funcionários do SPI. É localizada no município de Porto União, distrito de Santa Cruz do Timbó, na localidade conhecida como rio Quati. Ali vivem em torno de 30 pessoas da etnia Xokleng descendentes dos grupos contatados em 1914, por Fioravante Esperança e João Serrano, funcionários do SPI que viviam no Toldo do Rincão do Tigre, no município de Palmas.

A história da formação da Terra Indígena Rio dos Pardos mostra que os extensos territórios que iam do rio Negro, passando pelas bacias dos rios Canoinhas, Timbó, Jangada, passando pelo Iratim e seus afluentes, até o rio Chopim nas proximidades de Palmas, eram territórios de caça e coleta dos Xokleng até a segunda década do século XX. Mesmo já existindo na região de Palmas fazendas de gado desde meados do século XIX, as áreas de mata e florestas de araucárias eram territórios disputados por Xokleng e Kaingang, inclusive a bacia do rio Iratim.

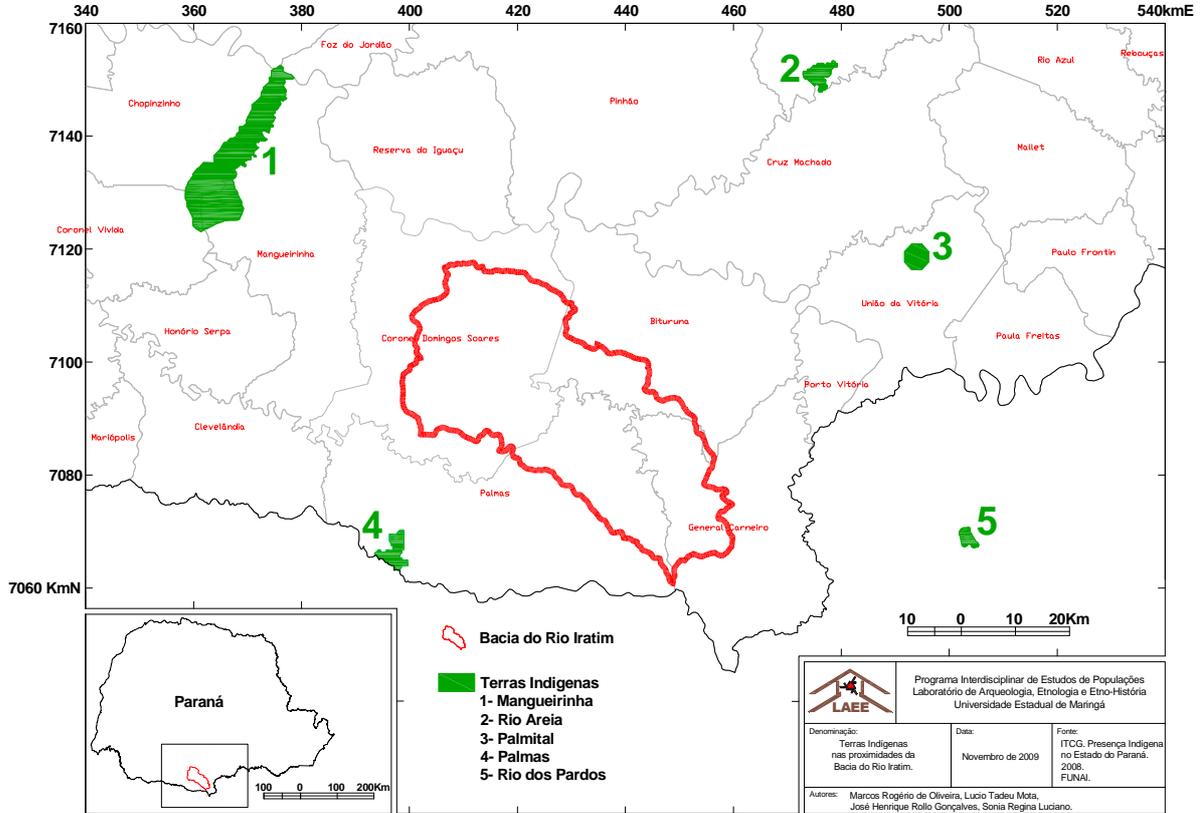
---

<sup>7</sup>. HORTA DE ARAUJO, 15/02/1868:5)

**Tabela 5.3.3.1:** Terras Indígenas na bacia do rio Iguaçu – Margem esquerda - próximas à bacia do rio Iratim

Bacia do Rio Iguaçu						
N	Terras Indígenas	Etnias	Municípios	Situação fundiária	Área (Ha) FUNAI	População FUNASA
01	Palmas	Kaingang	Palmas (PR) e Abelardo Luz (SC)	Resumo Histórico: A Lei nº 22 de 28.02.1855 destinava uma área correspondente a um quadrado com 4.500 braças de lado para "usufruto dos arborígenes Palmas". Mais tarde a Lei nº 853, de 22.03.1909, reafirma a medição de duas áreas em Palmas "destinadas a servirem de patrimônio aos índios Coroados". Em 1961, foi demarcada uma área com superfície de 2.944 ha. Pelo Decreto nº 93.006, de 27.07.86, a área reclamada pelos índios foi declarada de interesse social para fins de desapropriação pelo INCRA. Homologada (19/04/2007) Decreto s/n. data de publicação: 20/04/2007	3.800	737
02	Rio dos Pardos	Xokleng	Porto União SC	Resumo Histórico: Pela Lei nº 853, de 22.03.1909, o Governo do Paraná compromete-se a medir e demarcar as terras reservadas aos índios. Relatórios da SPI, datado de 1942, sugere reservar aos índios as terras situadas entre o rio dos Pardos, os lageados Quati e São Pedro, e a serra do Quati. Identificada pelo Grupo de Trabalho constituído pela FUNAI pela Portaria PP nº807, de 21.07.88, que apresenta proposta de demarcação com 828ha, aprovada pela CEA em 1992. Declarada de posse indígena pela Portaria nº 316/MJ, de 17.08.93. Situação Atual: Homologada pelo Decreto s/nº de 13.09.00 ( <a href="http://www.funai.gov.br">http://www.funai.gov.br</a> )	758	34

**Figura 5.3.3.1: Terras Indígenas próximo a Bacia do Rio a Iratim.**



### 5.3.3.3. Conclusão

De maneira geral, pode-se afirmar que a documentação histórica confirma a presença das populações indígenas na região, desde os primeiros encontros ali ocorridos entre esses e os não índios, no século XVIII.

Se fosse possível uma fotografia aérea da região, em meados do século XIX, ela nos mostraria as populações Kaingang ocupando vastos territórios de campos, entremeados de bosques de araucárias ricos em alimentos (pinhões e caças), a oeste do rio Iratim, e os Xokleng nas regiões de matas desde o rio Chopim até a Serra do Mar, próxima ao litoral.

Essa ocupação extensa foi diminuindo com a chegada de populações não índias. Primeiro os negociantes de gado que atravessaram a região abrindo caminhos ligando Vacaria no Rio Grande do Sul aos Campos Gerais no Paraná. Depois, os grandes proprietários paranaenses que expandiram suas fazendas para a região de Palmas. Junto com eles levaram homens brancos livres, que se estabeleceram nas franjas dessas grandes propriedades, e escravos negros, que fugiram das fazendas e fundaram comunidades autônomas na região ou ganharam parcelas de terras para estabelecimento de pequenas propriedades coletivas, hoje conhecidas como quilombos. E por fim, a ocupação moderna no século XX, com a venda desses territórios pelo governo do Estado a proprietários individuais ou companhias de terras, que revenderam essas áreas a colonos, que ali criaram novas vilas e cidades.

Esse processo obrigou as populações indígenas ali existentes a se fixarem em áreas reservadas pelo governo – Estado e União – formando as Terras Indígenas conhecidas hoje. A Terra Indígena de Palmas, habitada por populações Kaingang dista em torno de 30 km a sudoeste do médio Iratim e a Terra Indígena Rio dos Pardos, habitada por populações Xokleng, está a aproximadamente 60 km a leste do rio Iratim.

Concluindo, pode-se afirmar que os territórios da bacia do rio Iratim não contêm atualmente nenhuma comunidade indígena e pode ser considerado antropologicamente de **baixa fragilidade** para implementação dos empreendimentos hidrelétricos previstos.

### 5.3.3.4. Populações Quilombolas na Bacia do Rio Iratim

#### Os territórios do sudoeste do Paraná e as populações afro-descendentes

Nas últimas décadas a sociedade brasileira tem mostrado um interesse crescente por suas populações afro-descendentes. Tal novidade resulta, em boa medida, das pressões exercidas pelo Movimento Negro e seus simpatizantes para que outros elementos de origem africana do país, além dos ritmos musicais, da capoeira e dos rituais do candomblé, não passem mais em branco. Assim, após uma longa jornada de lutas, finalmente se conseguiu tornar muitos desses aspectos objetos de preocupação patrimonial e de investimento turístico. Mais recentemente, principalmente com a criação pelo Governo Federal da Fundação Cultural Palmares, outro componente da herança afro-brasileira, as formas de organização social características das chamadas “terras de negros”, ganhou maior visibilidade.

No passado esse tema já fora estudado por antropólogos, sociólogos e lingüistas, mas, até bem pouco tempo, embora alguns intelectuais procurassem divulgar seus achados por meio da imprensa, sua descrição ficara basicamente restrita ao mundo acadêmico. Nesse sentido o apoio governamental e o despertar do interesse midiático foram fatores fundamentais para a

extrapolação da questão para fora dos muros universitários e dos âmbitos restritos de algumas ONG e de setores do Movimento Negro.

Por quase um século o Estado do Paraná viu suas elites intelectuais sustentarem sem rigor investigativo o caráter eminentemente europeu de sua população. Porém, o mapeamento de diversas “terras de negros” no Primeiro e no Segundo Planaltos pelo Grupo de Trabalho Clovis Moura veio representar um golpe significativo naquela auto-percepção disseminada ao longo de décadas pelos livros escolares e pelos meios de comunicação de massas. Sabe-se agora que ainda há muito a ser pesquisado nessa área. Sabe-se também que toda conclusão taxativa a respeito do assunto é suspeita, inclusive no que se refere ao vocabulário empregado para caracterizar os “remanescentes” ou “quilombolas”.

As poucas pesquisas realizadas sugerem que não houve e não há um tipo único de comunidade afro-descendente no Paraná. Todavia, esses estudos, feitos sob o impacto da urgência de preservação cultural e de melhoria dos padrões de vida dos quilombolas, ainda não foram aprofundados. Espera-se que nos próximos anos, conforme novos pesquisadores se engajem, seja acumulado um volume amplo de dados que permita tanto uma compreensão mais profunda da história dos africanos e seus descendentes no Paraná quanto a comparação com outros Estados da federação brasileira. Por ora, tudo deve ser feito e dito com bastante cautela.

Considerando as ponderações acima, fizemos um levantamento da possível existência de “terras de negros” ou de “remanescentes quilombolas” na bacia do rio Iratim, nos municípios de Bituruna, General Carneiro, Palmas e Coronel Domingos Soares, no centro-sul do Paraná, divisa com Santa Catarina. Para estabelecermos o cronograma básico de trabalho, partimos dos dados compilados pelos membros do Grupo de Trabalho Clovis Moura, cuja principal finalidade é catalogar núcleos de afro-descendentes espalhados por todo o estado.

Consultamos, ademais, relatórios de agências governamentais, compêndios de História do Paraná e numerosas páginas da Internet. Também procuramos apoio nos poucos livros de história e geografia local dos quais pudemos dispor. Note-se, neste sentido, que foi-nos facultado observar o quanto é lastimável o estado do conhecimento público sobre a região. Poucos municípios possuem materiais históricos e geográficos de razoável qualidade informativa, o que prejudica sobremaneira o ensino fundamental e dificulta o acesso pelo cidadão, local ou não, a dados sumários sobre a terra em que vive ou visita.

### **5.3.3.5. As Comunidades Remanescentes de Quilombos e Comunidades Negras Tradicionais nos Territórios ao Sul do Rio Iguaçu**

A ocupação luso-brasileira da região centro-sul do Paraná data do começo do século XIX, embora ela fosse conhecida desde o século XVII. Na década de 1810 uma expedição comandada por Atanagildo Pinto Martins, que tinha por guia o cacique Jon Jong, passou por lá a caminho do Continente de São Pedro (o atual Rio Grande do Sul). Na volta, dois anos depois, ela enfrentou os indígenas Ibiturunas, populações que ocupavam os campos de Palmas, nome que a área recebeu em homenagem ao governador de São Paulo, o Conde de Palma. Dali em diante a presença luso-brasileira se acentuou. Já na década de 1830 diversos criadores de gado, provenientes dos pampas gaúchos e de São Paulo, estavam instalados por lá aproveitando a proximidade dos caminhos traçados pelos tropeiros que, desde a época colonial, faziam negócios entre São Paulo e o extremo-sul.

Muitos daqueles fazendeiros possuíam escravos negros. Alguns comprados no litoral riograndense, outros nas praças paulistas. Pela falta de estudos sistemáticos ainda não se tem

condições para estimar, mesmo que muito imprecisamente, o volume dessa mão-de-obra. Tampouco é possível estabelecer os períodos em que ela foi empregada com maior ou menor intensidade. Também não se sabe muita coisa sobre sua vida cotidiana, suas atividades de subsistência, suas ações de resistência à escravidão e suas crenças e costumes. De um modo geral os historiadores (regionais e nacionais) dão-lhe pouquíssima atenção, resumindo-se a

mencionar sua existência nos quadros da expansão da pecuária pelos campos de Guarapuava e de Palmas. Todavia, apesar do desinteresse por tanto tempo predominante, nas últimas décadas somaram-se evidências que sugerem duas conclusões que podem, agora, parecer surpreendentes:

- a) vestígios materiais (fotografias, artefatos técnicos, restos de casario), elementos do patrimônio imaterial (estórias, festas, danças, práticas religiosas) e dados colhidos por entrevistas feitas com afro-descendentes locais mostram que não era insignificante a magnitude da população negra do centro-sul do Paraná na época da escravidão e nas décadas que imediatamente se seguiram à sua abolição;
- b) apesar das atividades econômicas desenvolvidas nessa região serem caracterizadas historicamente pelo domínio da grande propriedade (primeiro a fazenda de gado, em seguida a coleta da erva-mate, depois a extração de madeira), muitas famílias afro-descendentes conseguiram nela permanecer, seja em áreas rurais, como trabalhadores em fazendas ou pequenos sítios, seja em áreas urbanas, normalmente relegadas a habitar espaços mais ou menos segregados.

Assim, o cruzamento das análises bibliográficas que fizemos com o que apuramos no *survey* empreendido, levou-nos à conclusão de que não foram poucas as famílias afro-descendentes que permaneceram na região após a abolição da escravidão. Muitas continuaram nas fazendas em que seus ancestrais e membros mais idosos viveram no cativeiro. Elas foram empregadas em múltiplas atividades, principalmente no trato do gado e nos serviços domésticos. Com a expansão das madeireiras, muitos homens foram trabalhar no corte de árvores e nas serrarias. Um número bem menor empregou-se nas usinas que processavam resíduos e nas fábricas de móveis. Uma outra parcela das famílias conseguiu obter terras como posses ou propriedades e alguns dos seus descendentes estão hoje lutando por titulações definitivas.

Infelizmente a pouca disponibilidade de recursos materiais – a terra foi bem cedo monopolizada pelos fazendeiros, coadjuvados, a partir de meados do século XX, por grandes empresas de colonização – não permitiu que a maior parte dessas famílias afro-descendentes de longa residência na região reproduzisse seus modos tradicionais de vida. A tendência, acentuada nas últimas décadas do século XX e acelerada nos anos recentes, é a desagregação das antigas relações comunitárias, a saída dos mais jovens em busca de emprego em cidades distantes, e a conseqüente perda da capacidade dessas famílias de legar memórias aos seus futuros descendentes. Em várias ocasiões, durante a viagem que relataremos a seguir, ouvimos histórias sobre essas questões dramáticas contadas por remanescentes.

#### **5.3.3.6. O trabalho de campo na bacia do rio Iratim: procurando quilombolas.**

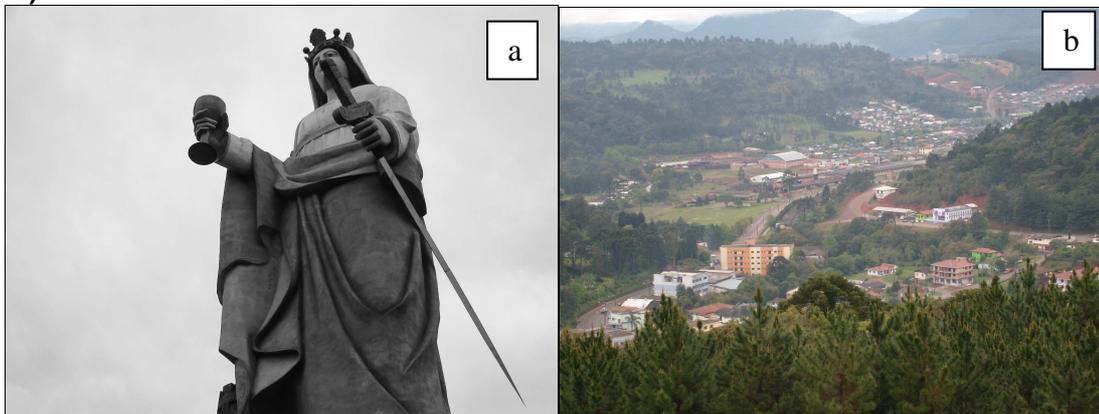
No dia 22/09/2009, no início da tarde, visitou-se à sede do município de Bituruna, a primeira parada em uma vasta região a ser investigada. Seguiu-se até a Prefeitura em busca de dados sobre a cidade e sobre a área rural. Segundo informações coletadas em conversa com o Secretário de Agricultura e Meio-Ambiente, Moacir Masiero, a margem do rio Iratim correspondente ao município está em grande parte coberta de matas. São grandes terrenos de poucos proprietários que, na sua opinião, não seriam impactados significativamente por alguma

intervenção de porte no curso do rio. Ademais, informou-nos que a cidade não faz uso de suas águas.

A seguir, no escritório da Emater, foram esclarecidos alguns dados pelo engenheiro agrônomo Nilo Bragagnolo a respeito de uma área, o Faxinal dos Santos, localizado bem perto da referida bacia, na divisa entre Bituruna e General Carneiro. Maior interesse foi despertado pelo termo faxinal. No Paraná, em geral ele indica historicamente a presença de comunidades de agricultores de subsistência com baixa inserção mercantil. Em Bituruna porém, ele é um

topônimo que já não corresponde ao uso histórico. O espaço pertence a madeiras e está muito pouco ocupado. Tais consultas técnicas e mais algumas conversas esparsas com moradores levaram-nos à conclusão de que não há remanescentes quilombolas vivendo na bacia do Iratim em seu curso por aquele Município.

**Figura 5.3.3.2: a- Padroeira de Bituruna (Santa Bárbara); b- vista do monte da santa (Cidade Bituruna)**



Na manhã do dia seguinte, 23/09/2009, no município de General Carneiro, seguiu-se para a Secretaria da Educação à procura de materiais sobre a cidade. Porém nada foi obtido, a não ser a recomendação de conversar com um escritor local, o Professor Alcides. Nativo da cidade, ex-vereador, homem de posições influentes, loquaz, ele mostrou um forte interesse pelo passado do centro-sul paranaense e uma notória alegria por ser procurado para falar do assunto que lhe apaixona, a história local. Desde o começo ele foi taxativo: não há mais comunidades negras rurais em General Carneiro. Os afro-descendentes saíram do campo e foram morar na cidade ou em outros rincões. Sobraram indivíduos isolados que nem de longe poderiam ser caracterizados como pertencentes a um grupo quilombola.

**Figura 5.3.3.3: a- D. Maria Chagas (68) antiga moradora da fazenda São Bento; b- Sr. Domingos Chagas (57) antigo morador da fazenda São Bento e irmão da D. Maria Chagas**



Graças à intervenção do Professor Alcides, foram visitados dois membros de uma família afro-descendente de origens rurais que moram no centro do Município. Maria Chagas, 68 anos, nasceu na Fazenda Santa Terezinha e na meia-idade foi para a Fazenda São Bento, de onde saiu há 24 anos. Domingos Chagas, 57 anos, nasceu em Monte Alegre, mas passou boa parte da vida trabalhando na Fazenda São Bento. Seu pai, Salvador Chagas, morou 48 anos naquela fazenda. Ele era capataz e, quando a empresa foi vendida, toda a família Chagas foi junto como “agregada”, nas palavras de Domingos. Os empresários que adquiriram a fazenda multiplicaram os investimentos e as atividades produtivas, ampliando as possibilidades de emprego, inclusive para os afro-descendentes. Chegou-se a ter cem famílias vivendo lá.

**Figura 5.3.3.4: a- Vila Iratim, estrada que leva à Fazenda São Bento; b- Sr. Sergio Valdomiro Dias único remanescente, funcionário e morador na Fazenda São Bento**



Domingos Chagas nos sugeriu uma conversa com Sergio Valdomiro Dias, o único afro-descendente que ainda mora e trabalha na fazenda São Bento, à beira do rio Iratim, a 27 quilômetros da rodovia que liga General Carneiro a Palmas. Para chegar lá, passa-se pela vila de Iratim, um distrito que, de acordo com o mapa denominado “Comunidades Quilombolas em General Carneiro” disponibilizado na Internet pelo ITCG (mas cancelado pelo Grupo de Trabalho Clovis Moura e pela SEMA) é sítio de remanescentes. Na realidade não é bem isso. Ou melhor, isso é um passado agora remoto. Pelo que disseram os membros da família Chagas há muitas décadas que eles estão fora de lá. Nunca possuíram terras, sempre foram empregados. Entrevistado, Valdomiro Dias assegurou-nos que nem mesmo sobraram vestígios das antigas moradias dos colonos. As matas de reflorestamento cobriram tudo.

Na noite de 23/09/2009, chegando em Palmas realizou-se um primeiro balanço do que foi visto nos dois dias anteriores. Começou a ficar clara a idéia de que dificilmente seriam encontrados remanescentes de quilombolas na bacia do rio Iratim. Ela atravessa o norte e o nordeste do Município de Palmas, muito distante da área caracteristicamente urbana onde foi encontrando esse tipo de população. Na manhã seguinte, 24/09 foi travada longa conversa com Josemar Banach Fonseca, engenheiro agrônomo da SEAB e Flavio Vilela, técnico responsável pelo escritório da Emater. Ambos nos garantiram que não há comunidades negras em áreas rurais do município. O primeiro foi vereador por muitos anos e conhece bem a região. Ele nos apontou possibilidades de pesquisa em áreas distantes do Iratim, já na bacia do rio Iguaçu. Em Palmas, ambos afirmaram, os quilombolas são eminentemente urbanos.

Seguiu-se mais tarde, para a sede da Prefeitura e à Secretaria de Educação, para uma conversa com Vera Lucia, a titular do órgão. Ela mostrou-se bastante atenciosa e entusiasmada com o que estava sendo feito. Deu informações sobre a localização dos diversos grupos quilombolas e designou um funcionário para nos guiar até eles. Porém a tarde do dia 24/09 foi frustrante. Estava programada uma festividade política, algo que praticamente inviabilizou novos contatos com autoridades, técnicos e líderes comunitários, pois estavam ocupados com a recepção ao governador do Estado que lhes visitava. A Secretária de Educação esquecera-se do evento. A cidade, literalmente, parou.

Na manhã do dia 25/09/2009, chegando em Coronel Domingos Soares, seria mais conveniente investigar brevemente a cidade, pois todos afirmavam que nada seria encontrado por lá. Surgiu a oportunidade de voltar a Palmas e retornar a uma das comunidades quilombolas que, no dia anterior, foi visitada muito rapidamente. Em Coronel Domingos Soares foi realizada entrevista com a Secretária de Educação, Orli Maria Venetzei de Abril, que afirmou nada saber sobre quilombolas no município. Também em conversa, o técnico agro-pecuário da Emater, Leandro Miguel de Oliveira, membro da Fundação Terra, mostrou-se bastante interessado no que estava sendo feito, mas confirmou o que já suspeitávamos: não havia comunidades de afro-

descendentes nem na cidade nem na área rural. Ele também foi de muita ajuda ao discutir vários aspectos da bacia do rio Iratim e explicar didaticamente diversos tipos de impacto causados pelos reservatórios já instalados. Voltamos, então, para Palmas.

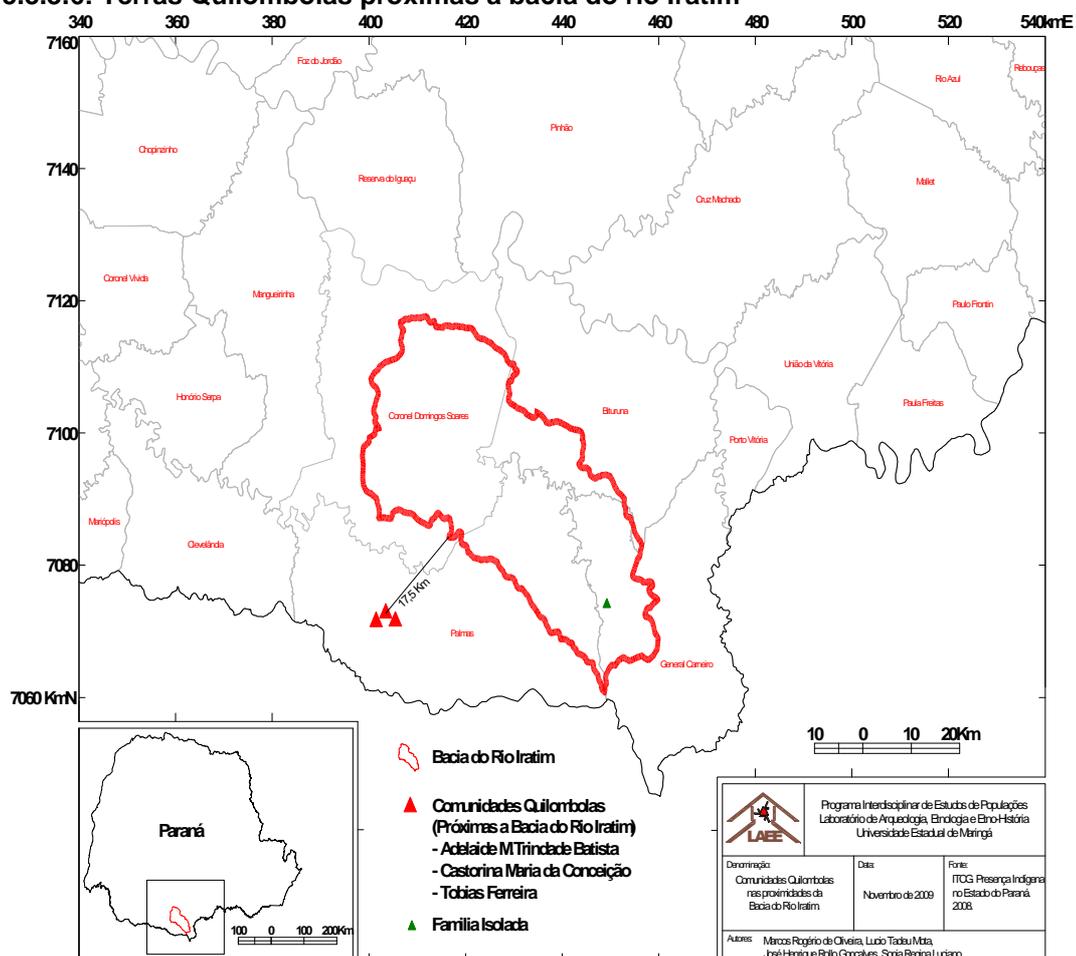
**Figura 5.3.3.5: D. Arlete Ferreira da Silva (liderança Quilombola), seu esposo Sr.Rui Barbosa da Silva e seu filho Valuir da Silva**



Na manhã de 26/09/2009 foi feita visita à residência de Maria Arlete Ferreira da Silva, líder da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista. Nessa ocasião, foi entrevistada Alcione Ferreira da Silva e Valuir Ferreira da Silva, seus filhos, e Rui Barbosa da Silva, seu marido. Militantes

quilombolas, eles nos contaram bem humoradamente a história de sua família. Ficamos sabendo que nas proximidades do bairro (na periferia de Palmas) existe a fazenda Pitanga, na qual, até bem pouco tempo, sobreviviam restos da senzala e o tronco dos castigos. Segundo eles, foram os escravos que construíram a sede da fazenda, mas o proprietário destruiu os vestígios temendo que pesquisadores atestassem direitos dos afro-descendentes a algum tipo de indenização. Houve a informação de que muitas famílias estão dispersas pela região, embora praticamente ninguém mais viva em áreas rurais. A comunidade está demandando terras que lhes teriam sido ilegalmente tomadas pelo Estado do Paraná, pela municipalidade e por particulares. Mas todas são localizadas ao lado da cidade, que dista muitos quilômetros da bacia do Iratim.

**Figura 5.3.3.6: Terras Quilombolas próximas à bacia do rio Iratim**



### 5.3.3.7. Conclusões

As únicas áreas de concentração de afro-descendentes encontradas são urbanas. Em General Carneiro elas são compostas por umas poucas residências, embora de membros de uma mesma família. Em Palmas, ao contrário, são comunidades quilombolas de dezenas de famílias. Nos demais municípios investigados não existem remanescentes. Nenhuma delas está localizada na bacia do rio Iratim e tampouco faz uso de seus recursos, embora, no passado, seus ancestrais tenham trabalhado como empregados em fazendas nas proximidades do rio. Todos os depoimentos colhidos entre autoridades do Poder Executivo e funcionários de órgãos oficiais (Prefeituras Municipais e Emater), moradores das quatro cidades e lideranças quilombolas da região, apontam para o desconhecimento de qualquer

comunidade de remanescentes afro-descendentes na bacia do rio Iratim. Todos asseguram que no passado elas existiram. Mas, nada ficamos sabendo sobre demandas de terras e outras formas de indenização naquelas áreas hoje em dia.

As afirmativas acima não descartam a possibilidade de que investigações arqueológicas e pesquisas refinadas em arquivos de fontes históricas, venham a matizar todas essas conclusões. Porém no momento, sustentados nos dados obtidos em diversas fontes, podemos afirmar com razoável segurança que intervenções que provoquem alterações ambientais de grande ou pequena monta naquela bacia hidrográfica não acarretarão impacto significativo sobre comunidades afro-descendentes.